

OPINIÃO

TRIUNVIRATOS

Mauro Santayana

Os atos do poder podem ser representados em palcos menores ou maiores; em cenários austeros e grandiosos, como o palácio de Agamenom, no qual o grande rei é assassinado pela mulher e o usurpador do trono, e vingado pela ação justiceira de Orestes e Electra, ou nos barracos de favelas — mas em todos eles o que se vê é a permanente luta entre certos princípios e certos propósitos. A visita, sorrateira, noturna, *escondida*, segundo o Sr. Mário Covas, de Paulo Maluf ao Palácio da Alvorada reafirma o eterno conflito entre os meios e os fins, sem esquecer os princípios. Ao reafirmar esse conflito, o episódio contribui para a perigosa desmoralização da política, com o desencanto popular que costuma esfumar as sociedades nacionais.

Entre outros pilares da operação política, se encontra a confiança, a fides dos romanos. Conversar com os adversários não constitui pecado, porque política é conversa; mas há alguns pressupostos para tais entendimentos. Um dos pressupostos básicos é o de que, se convém — e às vezes convém — o sigilo de tais encontros, deles devem ter conhecimento os terceiros e próximos interessados. Os terceiros interessados, no caso, eram, entre outros, o governador Mário Covas e os líderes do PSDB na Câmara e no Senado. Eles só souberam da audiência pela imprensa, sentem-se traídos, e revelam, com o constrangimento natural, tais sentimentos. Esse também é o caso do ex-governador de São Paulo, Franco Montoro, um dos primeiros responsáveis pela ascensão política do presidente da República. Entre os tucanos históricos, que se presumiam constituir o núcleo ético do PMDB de São Paulo, e o Sr. Paulo Salim Maluf, há mais do que divergências partidárias. Há inconciliável dissensão ética, exposta na biografia do desenvolvimento da direita, em confronto com o comportamento moral e político de homens como Franco Montoro, Almino Affonso, Mário Covas, e seus companheiros, durante o longo trajeto do governo discricionário.

O Sr. Maluf foi dos grandes beneficiários do golpe militar de 1964, ao ser nomeado para cargos importantes, como o de prefeito de São Paulo, enquanto muitos dos líderes do PSDB de hoje curtiam cadeia ou exílio. As idéias políticas do líder do PPB são em tudo o contrário do que se identifica como a doutrina da social-democracia. Só uma coisa pode aproximar Maluf de Fernando Henrique e de seu velho adversário Antonio Carlos Magalhães: a divisão do poder pessoal sobre o Estado.

Foi péssimo o momento escolhido pelo Sr. Fernando Henrique para aceder a essa conversa a desoras. O Sr. Paulo Maluf está sendo investigado pela CPI do Senado, a base de sustentação parlamentar do governo vacila. A campanha eleitoral já começou, e começou por iniciativa do próprio chefe de governo, em sua insistência pela reeleição. Os erros da política econômica ameaçam jogar o Brasil em conflitos sociais incontroláveis. A cidadania, como é natural, espera que o presidente reveja a sua ação governamental e promova um pacto nacional para a administração das dificuldades, com a distribuição justa dos sacrifícios que se esperam. E que faz sua excelência? Tenta reconstruir sua base parlamentar, atraindo para o seu círculo o que há de mais conservador na história política do Brasil dos últimos trinta anos. E procura reconstruir tal base. Com

que objetivo? O de sempre, o da continuidade no poder, ainda que minguado.

Os atos do professor Fernando Henrique Cardoso estão levando os homens de bem — entre os quais se encontram amigos sinceros do antigo nacionalista e defensor dos direitos dos trabalhadores — a buscar alternativas para assegurar aquele mínimo de conduta moral sem o que a política perde o seu referencial semântico, para se transformar na sua contrafação, em acordo de desqualificados (com a devida licença do Sr. Sérgio Motta, que usou o termo para identificar os deputados Ronivan Santiago e João Maia). O pior de tudo é que o presidente, mesmo que quisesse, não teria como sair do labirinto. Não saberia reencontrar o caminho de volta. É mais provável que o ex-prefeito de São Paulo e o presidente do Senado Federal, companheiros em longo trecho do passado recente, ainda que distanciados, ajustem os termos da curatela a dois que pretendem exercer sobre o governo da República. Se houver tal intervenção, e tudo indica que ocorrerá, o que farão homens como Franco Montoro, Almino Affonso, Mário Covas, José Serra, Paulo Alberto (Artur da Távola no jornalismo e na política) e Pimenta da Veiga, que se destacaram na vida pública em nítido contraponto aos dois dirigentes da direita nacional? E o que fará o Sr. Aécio

Neves da Cunha, que traz em seu nome e na memória familiar o comportamento político de seus avós Tancredo Neves e Tristão da Cunha, e de seu pai, o homem público de conhecida retidão que é Aécio Cunha?

Eles têm dois caminhos. Em um deles, podem acompanhar o chefe de governo em sua abjuração das idéias antigas, próprias ou herdadas; no outro, podem partir para a ruptura, e deixar o Sr. Fernando Henrique Cardoso na companhia de seus novos amigos, entre os quais parece sentir-se melhor. A coabitação só é admissível quando é institucional, delimitada pela Constituição e pelas leis, como ocorre nos governos de regime semipresidencialista, como os da França e Portugal, no exemplo recente do convívio entre os Srs. Mário Soares e Cavaco Silva, Mitterrand e Chirac, e agora, entre Chirac e Jospin. Essa coabitação é impossível quando ao antagonismo ideológico se juntam os interesses eleitorais urgentes e não existem regras nítidas que a administrem.

Não faltaram, quando se articulou a aliança entre o PSDB e o PFL, os que advertissem da impossibilidade do arranjo. Estava claro que ao Sr. Fernando Henrique restava o destino de soberano sem poder, tendo como condestável o Sr. Antonio Carlos Magalhães. Com a chegada do Sr. Paulo Maluf à conveniente (ainda que pre-

cária e temporária) aliança, amputa-se, ainda mais, o poder do chefe de governo. Instala-se o triunvirato, e os triunviratos, como nos ensina a História, não duram muito e sempre terminam mal.

Feito o acordo de cúpula, como fica a sucessão nos estados? O governador Mário Covas tem razões para desconfiar de que foi bigodeado, mas não é o único tucano a perceber que caiu no visgo da reeleição. O que estará o Sr. Eduardo Azeredo pensando de tudo isso?

O Sr. Fernando Henrique poderá restabelecer, mediante tais acordos, a base de sustentação parlamentar, que tem como objetivo imediato impedir a CPI da Reeleição, e, depois dela, como consequência natural, a CPI do Sistema Financeiro. Já se comenta, nos corredores do Congresso e nas ruas, que Paulo Maluf dará seus votos contra a CPI da Reeleição, em troca do esvaziamento da CPI dos Precatórios.

Por enquanto, ninguém sabe exatamente o que conversaram os dois adversários do passado. Ninguém sabe, e dificilmente saberá, o que ofereceram um ao outro, quando ambos enfrentam dificuldades, ainda que de natureza diferente.

A menos que a conversa, como outras recentes, tenha sido gravada, e venha a ser conhecida um dia.

■ Mauro Santayana é jornalista

